

SOBRE TECNOLOGIA E RESPONSABILIDADE

(mais conteúdo em pedro-nunes.com)

Numa noite furiosa, deitado numa cama solitária no meu quarto privado, longe da casa onde cresci, julguei-me a morrer. Os pulmões perderam o fôlego, o coração *arritmou-se* e o meu cérebro, desconfiado, manobrou a libertação de adrenalina que me catapultou para fora da cama. Na casa de banho, confirmei a cor das gengivas, das mucosas dos olhos, pressionei-as e contei o tempo para recuperar a cor, sem me conseguir recordar do intervalo de normalidade. Observei-me como um corpo que morre de olhos abertos, perplexo perante a dimensão do medo, do pânico e do incógnito.

Não é curioso como construímos estes impérios; como cada pessoa tem uma versão própria do paraíso, dos sonhos que almeja com maior ou menor esforço mas que sempre residem como exaltações do ser, abstrações que nos dão algum sentido, alguma ambição de cumprimento da árdua tarefa ocidental de ser espelho divino. No entanto, assim que colapsa a rede, assim que, num fôlego, o fim rasga um universo de muralhas e se depara connosco, solene e absoluto; assim, subitamente, caem por terra os sonhos, os almejos de infindáveis, os pretextos que sustentam o sofrimento dos dias, e queremos só viver. Não morrer. Haverá algum soldado, enterrado nas trincheiras, envolto pela morte, que se aborreça indiferente? Que veja os seus companheiros morrer, trespassados pela violência das balas que rasgam a carne, os órgãos vitais, e pense “*curioso como morrem tão facilmente!*”?

É de espantar, mas não morri. A noite deu de si, eventualmente, mas compreendi, com o nascer do sol, o impor do dia, que uma peça de mim deixou de ser minha; minha, no sentido que conferimos a algo nosso. A peça, a extensão, um estender de mim que, numa noite, me ultrapassou. O que tal significa, exatamente? Para onde vai algo nosso que se desdobra para lá da origem? Uma tentativa de resposta estará nestas palavras que escrevo. A realidade é que me encontro, desde então, em permanente demanda, no trilho de um qualitativo meu, desse fragmento que não compreendo, que não vislumbro a forma sequer, mas que me motiva – em singular, absoluta aglutinação – a procurá-lo.

Falo metaforicamente, pela necessidade de expressar algo a que não consigo dar referência. Afinal, objetivamente, nada se desprende de mim; mas parece-me ser a forma mais aproximada de o retratar, este desprendimento, este deslocamento, como uma massa de carne que, ano após ano, se foi segregando do todo, até finalmente, naquela fatídica

noite, rasgar-se por completo. A minha mortalidade, a minha facticidade, a minha insignificância. Este último termo exige especial atenção se não desejo posicionar-me num qualquer niilismo ou relativismo. Com insignificância não pretendo que se entenda que sou insignificante, que a vida não tem sentido, significância – pelo menos, não no sentido leviano com que facilmente se leria esta palavra e que espero conseguir combater ao longo do que escreverei, de seguida.

A minha insignificância relaciona-se com a minha temporalidade, é certo. Não sou eterno, não sou absoluto, não sou determinante; como tal, tudo o que faço e decido, todos os meus movimentos – até se escolher matar ou salvar outro – são, em contexto absoluto, indiferentes. Sou incapaz, pela minha condição, de ter influência sobre a realidade que me circunscreve, e tanto mais quanto maior o raio em que a penso.

Terei de retomar um certo metaforismo: neste caso, uma onda. No fundo, foi como deparar-me com a realidade de ser, subitamente, uma onda. Uma onda num universo de ondas. Uma onda integrada num infinito complexo de ondas.

Certamente que isto parecerá esquisito, mas asseguro que não é por pura estranheza que o digo. Uma onda, desligada do ciclo da água, como se concebida em vácuo, mas contida numa soberba imensidão de ondas continuamente a formar-se e a morrer – de tal forma que poderia sempre afastar-me ou aproximar-me e descobrir novas ondas, maiores ou menores do que eu – surgiu-me como a mais perfeita metáfora. Imagine-se: cada um de nós, uma onda. Afastamo-nos o suficiente, e uma onda gigante contém-nos a todos – ou melhor, uma onda gigante é formada por todos nós, pequenas ondas; controlada até por todos nós, pequenas vontades marítimas. Essa grande onda, e apesar de eu ser parte do que a comanda, está fora do meu controlo. O meu controlo aumenta, proporcionalmente, conforme me aproximo, conforme faço *zoom* nesta ondinha que sou e reduz o número de outras ondas. Na minha aldeia de dez habitantes, a minha influência é a décima parte; na minha cidade de dez mil, eu correspondo a $\frac{1}{10\,000}$. Na minha própria casa, no meu corpo, eu sou $\frac{1}{1}$, ou seja, eu domino os meus movimentos. Posso mover o corpo, decidir para onde se volta, o que confronta e evita. Sou, nesta dimensão e à primeira vista, livre; mas não estou, qual mónada, segregada das restantes.

Deixem-me sintetizar: consideremos tudo o que é, tudo o que existe, como uma grande onda. Em si, o movimento da onda mais não é do que a força coletiva das

motivações, conscientes ou inconscientes, de todos os que se incluem nela, num determinado momento, sem que haja nisto qualquer sobrenaturalidade. Tal como num fantoche, se ignorássemos a óbvia ilusão, poderíamos conseguir percecioná-lo como um ser vivo independente; também a grande onda, o movimento de tudo, é apenas ilusoriamente dotado de independência. Subjacente, está a vontade coletiva, a soberania dos seus constituintes.

Se me acompanharam até aqui, talvez possa atrever um segundo audacioso passo: esta metáfora, como a penso, não tem limites; ou seja, não há tal coisa como a maior ou menor onda. Tudo o que é, enquanto onda, contém ondas e é parte de outras. A Europa é uma onda maior da grande onda do planeta, a modernidade também, em relação à história deste planeta; mas a onda que engloba a história, as ideias, as ciências – enfim, o universo de tudo o que despontou neste planeta, também essa onda é parte de uma outra maior. E se há pouco chamei-me sem escrúpulos *uma onda*, teria sido mais fidedigno a este conceito, se dissesse que sou um aglomerado de ondas. Faça-se *zoom*, em mim, e a onda que sou contém a mesma infinitude de ondas que me ultrapassam. A Europa que me descobri a fazer parte, subitamente, está em mim; o universo que contém este planeta, este planeta que me contém, também eu contenho o planeta e o universo. É um paradoxo – e, como qualquer paradoxo, promete desafios sem fim. O que me trouxe aqui, no entanto, as estas páginas, foi tão-só essa estranha ferramenta a que chamamos *Eu*. O meu *Eu* que eu pensei estar a morrer. Há pouco, disse que, no meu corpo, sou $\frac{1}{1}$ mas na realidade, mesmo nesta dimensão corporal, não há domínio perfeito. Por vezes ajo e só depois tomo consciência do que fiz; por vezes forças externas obrigam-me a realizar certos movimentos que não desejo. Inclusive no modo como me movo, como reajo no dia-a-dia, há um conjunto de prejuízos (*pré-juízos*) que sorrateiramente me submetem ao movimento organizado das coisas. Por isso, e apesar de dizer *Eu*, de súbito, não sei bem ao que me refiro com este pronome pessoal. Digo *Eu*, mas se me colocarem no meio de uma multidão que se move consistentemente numa determinada direção, e tentar caminhar na direção oposta, posso fazer todos os movimentos, posso exercer toda a minha força, posso até iludir-me de que estou a fazer progressos; mas a invariável verdade é que é a massa coletiva que controla o movimento e este *Eu*, orgulhosamente dono do espaço do seu corpo, torna-se inquilino daquela onda humana. Ou me movo com a multidão, ou me esgoto, ainda de pé, na tentativa de contrariar a corrente, ou me submeto, deixando-me cair e ser esmagado.

Tudo isto, fundamentalmente, para expressar algo simples: ao descobrir-me como uma onda, esse tal *Eu* com que sempre me identifiquei, perdeu o chão – o que significa que, se quisermos levar isto para campos poéticos, afinal sempre parece ter morrido alguma coisa naquela noite. Talvez mais acertado fosse dizer que se deu o princípio de uma morte, o princípio de um nascimento.

Quais são as implicações desta hipótese – de sermos todos uma onda paradoxal? No que se traduz isto, efetivamente, na praticidade das nossas vidas, se é que tal coisa é possível de ser pensada?

- 1) Procurar compreender o que nos levou aonde estamos, individual ou coletivamente, é um exercício só possível 1º) em retrospectiva e 2º) interpretativamente. Ou seja, ninguém será capaz, por maior esforço que faça, de elevar-se por cima da onda e ausentar-se de si mesmo. Não temos como nos desagregar do movimento e vê-lo como que um todo. Podemos induzir razões – dizer que estamos aqui por causa *disto* e *daquilo* – mas isso será sempre uma visão parcial e interpretativa. Estamos invariavelmente conectados à nossa dimensão, à nossa finitude, à nossa facticidade, à nossa janela perspectivística. Olhamos para o passado e afirmamos que o compreendemos, mas é pura interpretação. Estamos muito longe de ser Deus. Qualquer âmbito da vida, na sua experiência vivida, é um movimento que só pode ser pensado depois de feito, como se, qual *Lucky Luke*, fosse a experiência sempre mais rápida do que a sombra que projeta e, tal como a sombra, sempre diferente da verdadeira experiência.
- 2) A quantidade de ondas em que participamos, e a dimensão da maior dessas ondas em que ainda reconhecemos alguma forma de responsabilidade psicológica, não é igual hoje ao que era há 100 ou 500 anos atrás. Eu sentir-me parte integrante e responsável pela minha família, pela minha aldeia, pela minha vila, e toda a complexidade social que isso estabelece e que cada um integra, não é o mesmo que sentir-me parte integrante de um mundo digital. Na minha família, na minha aldeia, na minha vila – em todas essas ondas – a minha vontade, a minha influência, as minhas ações e reações, correspondem a algo que, ilusoriamente ou não, me valida. Se me insulta, se me elogia, isso é tudo posterior – inicialmente, é o olhar, o atentar sobre mim que procuro; é o reconhecer-me no olhar de outro como existente, como pertencente – ainda que somente a uma conversa – que procuro profundamente. Nessa relação, nesse estabelecer de uma mútua

validação, de um mútuo reconhecimento, nasce uma responsabilidade. Eu sou responsável pelo meu familiar, pelo meu vizinho, tal como ele é por mim. E num mundo digital?

Considere-se: no fundo, o que é uma rede social? É uma transposição desta necessidade implícita de ser reconhecido no olhar do outro, para um meio digital. É também uma transfiguração, porque essa procura é complexificada pelas próprias características de cada rede que obrigam a um ajuste da linguagem, do modo de conexão, do meio. *Fotos ou texto? Qual é o limite do número de palavras? Quem pode encontrar a minha conta e quem posso eu encontrar? O que rege as publicações que eu vejo?* – Todas estas perguntas têm resposta mas, enquanto membro de qualquer rede social, eu entrego a minha liberdade de escolha, voluntariamente, em parte os meus direitos e a minha arbitrariedade, em troca da pertença.

Há também todo um conjunto de regras, normas parassociais que, não sendo necessariamente estabelecidas pela própria rede, constroem-se nas próprias interações que vão ocorrendo e que vão transformando, conforme se dão, as próprias interações. Assim, do mesmo modo que sempre se construiu intimidade nas interações com as pessoas que conhecemos, e do mesmo modo como o aprendemos a fazer naturalmente, autonomamente, num instinto criado que nos dá a ligeireza para desfrutar das interações; também o mesmo ocorre nas interações digitais, criando-se intimidade numa linguagem própria, dentro dos limites da rede, e originando as mais variadas subculturas capazes de comunicar por formas indecifráveis para qualquer outro que não esteja já lá mergulhado. Projetos de amizade, de grupos, de organizações, de anónimos, de crentes e descrentes, de pacifistas e belicosos – mas, no fundo, projetos de reconhecimento, de validação, de um sentido que parece preencher qualquer coisa vazia em nós.

As redes sociais são, no fundo – e como o nome sugere – modelos da realidade social; a realidade decantada de tudo o que não importa para a configuração social, de tal forma que é possível alienar qualquer um, desde que devidamente motivado, sobre qualquer assunto. Ora, isto permitirá talvez extrapolar que, tudo o que sempre foi procurado na dimensão social, também o seja num universo digital concebido para facultar com a maior facilidade precisamente isso. Ou mais rigorosamente: concebido para exhibir a promessa dessa facilidade, como se a validação da nossa existência, esse tal preencher de um vazio, estivesse mesmo ali, mesmo na iminência de chegar.

Há, no entanto, uma diferença crucial, a tal de que falava há pouco: a magnitude da onda. E essa diferença é crucial pela mesma razão por que o fruto proibido nos apela violentamente.

Vejo-me conformado a ter de dar dois passos atrás, agora. Como disse, deparar-me com o facto de ser uma onda, gerou dois princípios – o de uma morte e o de um nascimento. Uma parte que se desapeçou de mim e que, simultaneamente, me ultrapassou. Numa abordagem mais concreta, diria que, naquela noite, tornou-se-me absolutamente presente que o regime em que vivera até então colapsara; e que não poderia, por mais que quisesse, continuar a fingir que me identificava com uma realidade tão distinta de mim. Nada, em meu redor, aproximava-se da experiência que eu fazia do mundo – desde logo, porque a experiência que eu fazia do mundo era uma de marcada vulnerabilidade.

Este é o momento em que terei de pedir, tanto quanto possível, uma leitura mais biológica do que poética do que direi de seguida. Isto porque *vulnerabilidade*, neste contexto – talvez pelo hábito que foi sendo adquirido de idolatrar formas genéricas de expressão, sem grande conteúdo –, pode ser lido como um exercício qualquer de exuberância que não só pretendo evitar, como considero, mais do qualquer outra coisa, desinteressante. Foi-me uma vez dito, com grande sabedoria, que é um ato de considerável desdém pedir aos outros que apreciem algo que fizemos, quando nós próprios nunca o apreciaríamos, não se desse o caso de sermos o autor. Ou seja, a exigência de honestidade, de rigor com o que se faz, antes até de se pensar em qualidade ou relevância do que se quer fazer, não pode ser apenas uma arma de arremesso para criticar os outros; mas, primeiro que tudo, uma autoexigência. Nessa medida, parece-me necessário clarificar o que entendo por *vulnerabilidade*.

Falar no plural é sempre um exercício arriscado. Afinal, invariavelmente, só com a fé posso assumir o que qualquer outra pessoa sente. Conheço-me a mim mesmo e só a mim mesmo tenho um acesso razoavelmente direto. Por isso, e embora por vezes me escape essa primeira pessoa do plural, ao falar de vulnerabilidade e insegurança, ao falar dos humanos e da vida como um todo, estou a *interpretar*, a fazer um exercício criativo que se fundamenta nas minhas próprias necessidades de, digamos assim, enquadramento. Sinto, como sempre senti, uma obrigação de questionar a realidade – o que começa por ser um questionar do enquadramento da *minha* realidade. Porque procuro eu o que procuro? O que me motiva? O que me faz agir ou sentir de determinada forma? São

perguntas banais mas, ao fazê-las, fui-me apercebendo de algo que elas pressupunham. As minhas perguntas partem sempre de uma posição de busca, de demanda. Ou seja, fundam-se numa dimensão de falta, como se o início da minha existência estivesse desde logo marcado pela perda; perda de algo que nunca foi meu e que, por isso, continuamente me perturba, continuamente cria atrito nonexo que me liga a mim mesmo. É aqui que a interpretação biológica é importante, porque este atrito não tem qualquer essência maligna. Em si, este desconforto é somente uma potência, uma força impulsionadora; os problemas surgem na confusão do que isso significa. Antevejo, a nível basilar, duas possibilidades:

- 1) *Nasci e tornei-me consciente de um desconforto*: mas o apelo intriga-me mais do que me assusta, instigando-me a caminhar na sua direção. Há, diria, muitos modos como as experiências podem tender alguém para esta possibilidade. Em geral, as mais capazes, são as que mais marginalizam da realidade imediata, a que desapegam do contexto social e levam a uma vida mais reservada e menos capaz de criar silêncio. Aprende-se, no fundo, a explorar esse desconforto como terra húmida e fértil. As consequências desta coexistência são as generativas, qualquer investida séria em investigar algo em qualquer área, qualquer esforço de descobrir, do maratonista – que suporta a dor, o sofrimento, o cansaço, profundamente motivado pelo apelo que pressente, distante e afónico, no limite das forças – ao tradicional investigador universitário.
- 2) *Nasci e tornei-me consciente de um desconforto*: mas não quero reconhecê-lo. O desconforto é o que mais se deseja evitar e, por isso, tudo o que se faz, faz-se num esforço de evitamento. Seria possível estruturar estas ações em dois grandes conjuntos: *atividades profissionais* e *atividades de lazer*. Imagino que seja evidente o que cada uma engloba e, num sentido lato, penso que praticamente tudo o que quotidianamente se faz, possa ser inserido numa das duas. Esta opção – a do evitamento – é, como tal, a que nos mescla numa autêntica massa humana uniforme. O desejo de tranquilidade, e o subjacente incómodo como que residual mas sempiterno, faz-nos procurar a mescla; evitar o conflito ao encobrir o olhar.

Entenda-se: estas duas possibilidades não são mutuamente exclusivas nem permanentes. Por vezes, sinto-me capaz e ávido por saber mais, por explorar; por vezes, afogo-me num total desinteresse, numa apatia que só encontra conforto num estímulo que

me retire de mim. Por vezes, tenho um corpo de gigante; por vezes, reduzo-me a uma migalha. Por vezes, Aquiles; por vezes, Odisseu; por vezes, Eneias.

Ora, preserva-se, por entre tudo isto, a mesma questão: *o que é a vulnerabilidade?* Afinal, será a vulnerabilidade este atrito, este desconforto que me transfigura em mil e uma formas diferentes, mil e uma ações, mil e uma atividades que aplico como evitamento ou confrontação? Este constante oscilar entre atividades, parece traduzir que não existe uma eterna coexistência pacífica – até porque eu sei que, o que quer que ela seja ou signifique, é ainda algo que está ausente, que me falta, mas que se revela em todas as minhas perguntas, em todas as minhas ações. Nessa medida, este atrito surge-me mais como uma consequência, como que o tomar consciência de ser vulnerável, o que sobrevém a esse reconhecimento. A *vulnerabilidade* vem antes disso, como algo primordial.

Cometerei agora o erro de tentar falar para além de mim. Na essência da vida, se assim o posso expressar, está um íntimo desejo de sobrevivência. Conferimos isso da célula ao ser vivo complexo. Os animais, que assumimos não terem ideia da morte, fogem ainda dos perigos, fogem do que são as ameaças conhecidas; pelo contrário, do que não os ameaça ou do que não interpretam como tal, podem ser curiosos, podem ser indiferentes. Os cães criam autênticas fobias, absolutamente desproporcionais ao estímulo – tal como nós, humanos pensadores, diga-se de passagem – porque a sobrevivência funciona num mecanismo totalitário. O que é o totalitarismo? É como um vírus numa plantaço – um sistema que penetra no solo da sociedade, moldando-a, as suas raízes de tal forma enraizadas nas instituições, que tudo o que é, é viralizado por essa mão invisível e totalizante. Assim é a sobrevivência. Tudo o que um animal é, é-o contaminado pela sobrevivência, em resposta ao terror visceral que uma ameaça à sobrevivência cria.

A vulnerabilidade é esse estado orgânico que nos remete para o desconforto. É também o que nos faz, fundamentalmente, procurar: procuramos a segurança. Conscientes da fragilidade da vida – seja no que nos é interno, as falhas próprias de um corpo que progressivamente se degrada; seja no que nos é externo, em tudo o que se apresenta como ameaça – sentimo-nos vulneráveis e procuramos segurança. A família, o lar, as amizades – não serão organismos onde nos sentimos seguros? Ocultamos a vulnerabilidade no número, na força, nas ilusões de proteção que impomos nos outros. Aprendemos a enquadrar-nos nestes sistemas complexos, nas estruturas sociais, nas estruturas vitais que nos impõem um valor, um sentido, uma prescrição para a nossa

existência, simultaneamente oprimindo-nos e violentando-nos, generalizando-nos e tratando-nos como abstrações, num esforço de repressão de tudo o que em nós aclama a singularidade, o radical acaso de estarmos vivos – tudo isto porque, desesperados, queremos segurança. No entanto, nunca a temos. E nunca a temos de tal modo que se torna enlouquecedor, conduzindo-nos ao total oposto, à completa depravação e degeneração, ao desprezo e fragmentação, à aniquilação. A casa, o lar é, para muitos, o símbolo idílico dessa segurança. *A memória de infância, a sua romantização?* Dessa emana o espectro da segurança que só uma criança conhece – ou melhor, só a inocência conhece, porque há quem já nasça de tal forma vulnerável que nunca reconheça qualquer outro estado. Talvez até, quem assim nasceu, entendê-lo-á melhor do que ninguém. *A saudade do passado?* O que já foi, nada dá a temer; é o presente, o momento vivido a cada instante, conjugado com a presença do momento na iminência de vir, que legitima a vulnerabilidade em todo o seu fulgor. Todo o *pathos* humano exalta-se desta fonte que nos faz tremer, que nos atemoriza pelo enigma que representa. O que é uma ameaça, o que não é? Onde sequer reside a diferença? Como se domina o arbitrário? O coração que falha? O passo em falso? É este o universo da vulnerabilidade: a sua força potencia-se na incognoscibilidade, é o desconhecido que pode sempre ser uma ameaça; é o que se esconde, o que se oculta mesmo quando se mostra, um rosto de tudo o que não se compreende. É por isso que surgem sempre profetas – desesperadamente quero um plano divino, quero justiça sobrenatural, quero valores universais que, no mínimo, imponham alguma ordem no caos.

Um exemplo prático: conceba-se alguém que apresenta comportamentos obsessivo-compulsivos. Qual é a razão que me leva, todas as noites, a confirmar as portas antes de dormir – a mesma sequência, o mesmo número de rotações na chave, o mesmo número de tentativas de abrir a porta, o mesmo remexer no porta-chaves para que produza a mesma sonoridade? O que me obriga a conceber todos os ramos paralelos que uma ação pode produzir, mesmo os mais absurdos, antes de tomar uma decisão? Mergulhado na inconsciência, perdido num pensamento ou no que me apela pela janela, o que leva as minhas mãos a recaírem nos mesmos movimentos, nestas bizarras estruturas cíclicas inconsequentes? Numa palavra: ordem. A ordem nada mais é do que segurança. A segurança nada mais é do que ilusão. A previsibilidade, que todo o pensamento no modelo científico pressupõe, é a tradução prática de um desejo profundo por ordem, que me permita antever e preparar o que aí vem, que me faculte a não ser apanhado de surpresa.

É ilusório, obviamente – a ciência é a mais complexa e perfeita ilusão – mas é a ferramenta que o ocidente aprimorou.

Talvez aqui possamos encontrar o privilégio humano de dizer *Eu*. O que nos totaliza, o que nos aglomera numa massa abstrata, não é a ciência ou a filosofia sistemática (ou, pelo menos, não primeiramente); é a sobrevivência que nos enquadra num todo. Porque eu reconheço-me no inseto que foge desesperado, na bactéria que me infeta, no homem que, de faca na mão, me ameaça de morte e que eu seria capaz de matar para me proteger. Em todos e em tudo, eu reconheço a sobrevivência que nos assola a todos; as motivações que desse chão brotam, a irreverência da vida que desflora exuberante num grito comum desesperado. O humano, no entanto, é privilegiado em relação aos outros seres vivos porque, sobre esse grito assombroso, aprendeu a gritar *Eu*; e grita-o de tal forma, que quer silenciar tudo o resto, quer remeter tudo o mais ao silêncio – é essa a dimensão do seu desespero, leva-o a emergir consciente, a adquirir individualidade. Revela-se aqui um dilema absolutamente singular da humanidade: a sobrevivência, que nos engloba num sistema indiferenciado de vida que quer sobreviver, é a força motriz que levou a espécie humana a desenvolver o mecanismo do *Eu*, da singularidade. O problema é que este mecanismo é fundamentalmente vicioso, defeituoso. Ao assumir um *Eu*, descubro um fim do *Eu*, torno-me consciente também da morte – ou seja, o mecanismo de sobrevivência conduz-me à minha própria mortalidade. E repare-se na dimensão conflituosa (e irónica) deste mecanismo: o *Eu* não me leva ao momento da morte, não me *mata* num instante, como se estivesse a caminhar para um precipício sem saber que é esse o fim. O *Eu* torna a morte presente a cada momento, descobre-a na permanente iminência de vir. O nosso fundamental motivador é a sobrevivência; o nosso fundamental mecanismo para sobreviver, – a capacidade alargada de previsão, de antevisão, de pensamento lúcido, racional, tudo aquilo que conduz ao *Eu* – coloca-nos na perpétua iminência da morte.

Retornemos agora, então. Parece-me que a digitalização do mundo não é uma questão de mera praticidade, acessibilidade ou velocidade. Na linha de um mundo digital, de entretenimento sempre disponível e aliciante, está um movimento que promove a letargia – mas não como consequência; ou melhor, é também consequência, mas é primeiro a força-motriz que instiga a indústria. É como se, subconscientemente, a letargia fosse um desejo humanamente profundo, a motivar não só a criação de todos estes mecanismos que tão violentamente nos agarram e objetificam, mas promovendo também

os seus desenvolvimentos para que sejam cada vez mais eficazes, mais duradouros, mais plenos na sua ação. Talvez já o possamos expressar mais claramente: é a incapacidade de encarar o desconforto que nos remete para aquilo que mais eficazmente nos submerge; queremos estar submersos, viciados, sem controlo. Queremos, embora não o digamos abertamente, que algo externo nos domine – pois só assim conseguimos evitar a exigência de nos pensarmos, de nos localizarmos. Fundamentalmente, não queremos decidir. Porquê? Porque decidir *entrecorta* o que está a acontecer. Estou a caminhar na rua, distraído com as casas e os sons e o movimento, nem dou conta de mim. De súbito, deparo-me com um grupo que ocupa todo o passeio. O que faço? Peço licença? Vou à volta? Volto para trás? *Eu peço, eu vou, eu volto*. O *Eu* acorda, é-lhe exigida uma decisão.

Voltamos à mesma pergunta: *o que são as redes sociais?* São, em geral, um movimento contínuo, em que as raras decisões que temos a tomar, enquanto utilizadores, são integradas na experiência de forma que não nos afaste dela, não nos lembre de nós próprios. Queremos a entalpia, tal como, por entre uma insónia, tudo o que desejamos é adormecer. O desenvolvimento do entretenimento, fulgurante no último século, pode ser descrito como o desenvolvimento de ferramentas que, de forma cada vez mais requintada, nos abstraem silenciosamente; continuamente promovem o silêncio para que a experiência se torne um *continuum* que preenche todo e qualquer espaço entre obrigações.

Talvez haja alguém que, perante estas palavras, diga “*e então? Qual é o problema? Ainda que te conceda sem discussão todas essas hipóteses, qual é o problema em procurar silêncio, submissão?*”. Uma primeira resposta está nas milhares de pessoas que viram um vídeo de uma menor a ser violada.

Uma segunda, implica pensar uma última vez no que é uma rede social, no que é este organismo algorítmico, silenciosamente concebido para nos conter em silêncio. O que é conter-nos em silêncio? É, digamos, aquilo que não nos sobressalta, não nos faz abrir os olhos, não nos faz olhar duas vezes, não desperta o *Eu*. Numa palavra, o silêncio compra-se com a padronização, com a contínua repetição dos mesmos temas, dos mesmos tópicos, perfeitamente calculados para que a variação nunca se afaste do equilíbrio que fomenta ainda o interesse mórbido sem causar sobressalto. Dito na perspetiva oposta: compra-se o silêncio à custa da novidade. Ora, estar fechado em interesses primitivos, que nunca evoluem para lá da caverna, assemelha-se a entrar numa jaula na margem de um rio, num dia quente de um verão quente, trancar a porta e atirar a chave ao rio. Quando se vende a novidade, vende-se tudo; porque, acima de qualquer outra coisa, vende-se o

controle, o domínio sobre nós próprios. Aceitamos, conformados, a nossa posição de submissão, desde que nos garantam liberdade suficiente para mantermos a ilusão de que estamos no controle. É essa a tentação com que se confronta qualquer político e, em última instância, a democracia: a possibilidade de oferecer não a liberdade mas, no fundo, um véu que oculta a opressão; não a ignorância – porque, diz-nos a história, a ignorância instiga a procurar – mas o desinteresse. Ou seja, oferecer uma escolha, que cada um interpreta como pessoal, de nada mais querer saber para lá do que lhe é imediato. A peça-chave está neste *imediato* porque, ao colocar o véu sobre os grilhões, tenho-me como um mero recetor que aguarda a chegada do estímulo próprio com o qual posso interagir. Iludo-me na crença de ter toda a informação à minha frente e de as minhas preferências serem meras questões de gosto. A metáfora biológica é talvez elucidativa: como um recetor específico a uma determinada substância aguarda, paciente, pela chegada do estímulo que o excita e o faz *cumprir a sua função*, também nós, recetivos a formas específicas de informação porque para tal fomos culturalmente direcionados, ignorando todas as outras partículas como se simplesmente não correspondessem à nossa estrutura recetiva, aguardamos, passivamente, pela chegada do estímulo certo. E nesse compasso de espera designamo-nos livres, porque não vemos a mão que atira os estímulos, que os doseia e os define, que continuamente nos goza porque, qual criança, vivemos convencidos da nossa liberdade, da nossa individualidade, das nossas ficções, sem a capacidade de discernimento que nos mostraria que estas ficções, as que absolutamente nos definem – porque definem, no fundo, o que é ameaça do que não é –, são puras criações abstratas, concebidas e detalhadas por entre as fibras da estrutura social e encobertas pelo véu da normalidade.

Um sinal disto está no peso que as nossas decisões verdadeiramente têm nestas redes. No nosso consumo digital quotidiano, onde há escolha, rapidamente se depreende a inconsequência. Tudo o que poderia ter consequências subversivas, é-nos apresentado como absoluto, como alicerce inquestionável que fundamenta a vida social e nós, no nosso desinteresse passivo, nem o questionamos. O mais importante é, ainda e sempre, aquilo que não se questionou. O único exercício que deveria importar para um indivíduo que se quer compreender afastado da massa humana, é o de questionar o que lhe surge inquestionável.

Centremos estas ideias: já não sou eu quem controla a informação que recebo ou a importância dessa informação, é quem controla o sistema. Decantado, isto significa o

depreender de uma relação recíproca e complementar entre publicidade, entretenimento, valores e virtudes, modo de viver e distinção amigo/inimigo. Porque a publicidade, como fonte predominante de informação, leva-me ao entretenimento que consumo; o entretenimento, no seu perfeito manuseio, indica-me os valores que devem fundamentar a minha vida, as virtudes a que devo ambicionar; estes valores e virtudes definem aquilo que vou procurar no mundo, a fome que me instiga a caminhar, o modo de viver; e este, por sua vez, ao ser a ordem do meu mundo, a estabilização que se personifica em chão para que eu possa caminhar, vai definir o que é parte do meu mundo e o que não é – ou melhor, vai definir o que é congruente com esta estrutura que criei, artificialmente, e o que, pelo contrário, representa uma ameaça para a estabilidade da estrutura: amigo e inimigo. Entende-se agora porque atento nas redes sociais? É que, ainda que seja por um momento apenas, aceite-se as suposições acima e, necessariamente, tem também de se aceitar que nada disto é novidade: terá, como tal, de sempre ter sido assim. Substitua-se publicidade por outra palavra – da educação à *paideia* grega – e a estrutura que emerge é, a nível estrutural, a mesma. A diferença das redes sociais, no entanto, é a soberana eficácia, não só em criar estas estruturas e em transpô-las para cada um, mas também por, essencialmente, constituir um sistema fechado – ou melhor, por enclausurar cada um num sistema fechado concebido para si unicamente, que se autoalimenta de tal forma que tudo aquilo que antigamente teria de se confrontar com o outro, que teria de se contrapor à realidade efetiva que se materializava perante si, mesmo ao nível mais banal e quotidiano – tudo isso é absolutamente irrelevante para o sistema; não há Outro, porque o Outro é uma abstração sem nome, sem rosto. Tudo o que vemos, é tudo o que o organismo algorítmico escolhe oferecer-nos por saber que aquela informação representa o equilíbrio perfeito entre a violência que nos empolga e a ordem que nos sossega. Talvez nos exalte, talvez até moderadamente nos choque, mas nunca, nunca nos faz sentir responsáveis.

Como num sonho estamos plenamente convictos, ainda que surpresos, da realidade dos porcos voadores que atravessam os céus, também nas entranhas de uma rede social, o mundo é-me dado e, assim que eu passivamente o envergo, é nele que eu creio plenamente. O que eu entreguei foi o controlo, o que eu recebi foi a promessa de uma tutela inconsciente.

Poderá tudo isto soar muito abstrato e delirante. Contudo, talvez fosse importante que cada um de nós fizesse a si próprio uma pergunta quase ridícula: *o que me leva a fazer o que faço?* Não me refiro aos grandes feitos de uma vida: esses, geralmente, exigem

que se pense e se reflita sobre eles. Refiro-me aos gestos do momento, a ação do momento singular que é o presente. Afinal, agimos todos os dias. Todos os dias, a cada momento, estamos na iminência de uma decisão que tem de ser tomada, de um movimento. E, contudo, não refletimos sobre isso. Quando acordo e desejo levantar-me, não penso no balançar de forças que necessito de fazer para conseguir erguer o meu corpo contra a força que me impele para o centro do planeta; quando abro a porta, não penso na forma que os meus dedos tomam, quais os músculos que vou fletir e quais vou relaxar – e tudo isto é ainda a um nível macroscópico pois quem pensa religiosamente em tudo o que se passa nesse outro mundo que não se vê a olho nu, mas que ainda consideramos nosso (já que as minhas células são minhas)?

Portanto, qual a razão que nos leva a fazer o que fazemos? O que nos leva a agir de um determinado modo, de uma determinada maneira? A decisão, cada decisão, é um momento em si decisivo. Pense-se profundamente nisto: muito do que nós vivemos é a onda. Podemos crer que escolhemos, mas somos apenas arrastados. *Ducunt uolentem fata, nolentem trahunt*.¹ No entanto, há decisões que são efetivamente a nossa ação na realidade; no jogo de ínfimas probabilidades que nos formou, cada um, especificamente – indivíduos absolutamente singulares e incompreendidos pelo complexo sistema que nos salvaguarda e viola, simultaneamente – e mesmo reconhecendo a opressão que a dimensão biológica e social nos impõe, há ainda a dimensão inegável da decisão que é nossa. Afinal, eu posso decidir levantar o braço. Levantei-o antes de escrever esta frase, depois baixei-o para a escrever. E ainda que tudo o que decidamos não fazer, outro o fará se assim for a onda; e ainda que tudo o que fizemos, pudesse ser feito por outro – ainda assim, quando se toma uma decisão, esse momento, o momento em que se age, em que essa decisão se transcreve num gesto, estamos, enquanto frutos da mais absurda aleatoriedade, a exaltar a exata absurdidade da nossa individualidade. Alguém, que se descobriu nascido, e que age na sua insignificância um insignificante gesto.

No fundo e em conclusão, talvez todas estas palavras possam ser resumidas numa única, embora longa, pergunta: confrontado com a possibilidade de nada disto ter verdadeiramente algum significado, reconhecendo-me vulnerável e particularmente desconfortável devido a essa vulnerabilidade – que me coloca, em simultâneo, contra todos e parte de todos –, debatendo-me diariamente com a realidade que, qual onda

¹ “o destino guia quem o segue de bom grado, mas arrasta quem se recusa a segui-lo”

gigante, me carrega consigo para todas estas atrocidades pelas quais me sinto parcialmente responsável, nem que seja porque podia dizer algo contra elas ou erguer o braço em luta – pois controlo a minha boca e o meu braço –, e, portanto, vendo-me de certa forma abalroado por toda esta confusão que parece gritar-me exigências a cada milésimo de segundo – irei, ainda assim, responsabilizar-me pelas minhas ações? Ou seja, farei o esforço de tentar verdadeiramente *querer saber* de algo que ultrapasse a minha sobrevivência ou procurarei ver-me livre dessa responsabilidade ao entregar-me de braços abertos, como tão bem este século nos preparou? É que isto pode parecer absolutamente inconsequente, porque somos todos $\frac{1}{10\,000}$ nas nossas cidades de dez mil habitantes. Contudo, aquele 10000 forma-se por adição de simples 1's, e é sobre cada um desses 1's que se coloca a questão. Como a história narra, e como o presente, em larga medida, o mostra, apenas uma dessas respostas conduz à cumplicidade com o que de pior o ser humano é capaz.